



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

OBJETO

“ contratação de empresa especializada na execução de serviços técnicos de engenharia elétrica, destinados à implantação, substituição, retirada e manutenção de luminárias de iluminação pública em tecnologia LED, sem fornecimento de materiais”

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

“fundamentado nas legislações vigentes, conforme descrito neste edital e seus anexos, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, na IN 73/2022, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.”

“MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO”
MODO DE DISPUTA ABERTO

VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO: R\$ 396.990,00 (Trezentos e noventa e seis mil, novecentos e noventa reais)

ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 06/03/2026, às 09h59min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 06/03/2026, às 10h. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 06/03/2023, às 10h05min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

LOCAL/PLATAFORMA LICITANET - www.licitanet.com.br.

Havendo a necessidade, poderá a Agente de Contratação prorrogar qualquer prazo, motivadamente.

EUNICE SOUZA DOS SANTOS

Agente de contratação
Port. 4926/2025



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 649/2025

1. – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. PREÂMBULO:

O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO/RO, por intermédio da Agente de Contratação, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com utilização do Sistema de Registro de Preços, do tipo MENOR PREÇO, por LOTE ÚNICO, com modo de disputa ABERTO, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, bem como das demais normas aplicáveis e das condições estabelecidas no edital e seus anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.1.1. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

1* Condutora do Processo: Eunice Souza dos Santos – Agente de Contratação.

2* Responsável pela elaboração do Edital:

3* Informações: Prefeitura Municipal - Portal da Transparência www.riocrespo.ro.gov.br – E-mail: licitacao@riocrespo.ro.gov.br.

1.2. DO OBJETO:

1.2.1. O presente edital tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços técnicos de engenharia elétrica, destinados à implantação, substituição, retirada, manutenção corretiva e preventiva do sistema de iluminação pública em tecnologia LED, sem fornecimento de materiais, os quais serão disponibilizados pela Administração Municipal, conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e nos demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 649/2025.

1.2.2. Os serviços abrangem, dentre outros, a execução das seguintes atividades:

- a) instalação, substituição e retirada de luminárias públicas em LED;
- b) instalação e substituição de relés fotoelétricos, braços, suportes e componentes correlatos;
- c) adequações elétricas em redes de baixa tensão;
- d) manutenção corretiva e preventiva dos pontos de iluminação pública;
- e) testes, medições elétricas e verificação do correto funcionamento do sistema;
- f) descarte ambientalmente adequado dos materiais retirados, nos termos da legislação vigente.

1.2.3. A contratação compreenderá exclusivamente a prestação de serviços, incluindo, sem se limitar a:

- I – disponibilização de mão de obra técnica e operacional especializada;
- II – fornecimento de equipamentos, ferramentas, veículos, plataformas aéreas e EPIs/EPCs necessários à execução dos serviços;
- III – emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quando exigível;
- IV – elaboração de relatórios técnicos e registros fotográficos;
- V – observância das normas técnicas da ABNT e das normas de segurança do trabalho aplicáveis.

1.2.4. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSU, não gerando a assinatura da Ata de Registro de Preços ou dos contratos dela decorrentes qualquer obrigação de contratação mínima ou garantia de quantitativos.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



1.2.5. A aceitação dos serviços será realizada por servidor ou comissão de fiscalização formalmente designada, mediante verificação da conformidade com as especificações técnicas e critérios estabelecidos no Termo de Referência, observados os procedimentos de recebimento provisório e definitivo previstos na legislação.

1.2.6. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, e demais normas aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O CERTAME

1.2.7. Presume-se que as licitantes tenham **examinado cuidadosamente** o presente Edital e todos os seus anexos, não podendo alegar desconhecimento, omissão ou interpretação equivocada de quaisquer de suas disposições como justificativa para o descumprimento das obrigações assumidas.

1.2.8. O Edital e todos os seus elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>, sendo a LICITANET – Licitações On-line o provedor do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

1.2.9. A sessão pública inaugural do **Pregão Eletrônico** realizar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital.

1.2.10. Na hipótese de não haver expediente ou de ocorrer fato superveniente que impeça a abertura da sessão na data inicialmente marcada, o certame será automaticamente transferido para o **primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário, salvo comunicação em contrário da Agente de Contratação.

1.2.11. Todos os horários constantes deste Edital referem-se ao **horário oficial de Brasília – DF**, salvo disposição expressa em sentido diverso.

1.3 DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.3.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo Nº **649/2025** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital.

2.2. A impugnação será realizada exclusivamente pela Plataforma Licitanet, não sendo aceitos outros meios.

2.3. Caberá à Agente de Contratação, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento.

2.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Agente de Contratação até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão pública, exclusivamente pela Plataforma Licitanet.

2.6. A Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 02 (dois) dias



úteis, podendo requisitar subsídios aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e anexos.

2.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos do certame.

2.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e somente poderá ser adotada em decisão fundamentada, devidamente registrada nos autos do processo.

2.9. As respostas às impugnações e pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema, passarão a integrar este edital e vincularão tanto os licitantes quanto a Administração.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação nesta licitação implica a aceitação irrestrita das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, bem como a observância da legislação aplicável, dos regulamentos administrativos e das normas técnicas pertinentes ao objeto, especialmente aquelas relacionadas à execução de serviços de engenharia elétrica e segurança do trabalho.

3.2. Após a abertura da sessão pública, não será admitida alegação de desconhecimento do conteúdo do Edital ou de seus Anexos. Antes da elaboração de suas propostas, as licitantes deverão examinar atentamente o presente instrumento convocatório, em especial o ANEXO I – Termo de Referência.

3.3. Como requisito para participação e habilitação, o licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital e do ANEXO I – Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.4. A prestação de declaração falsa relativa ao atendimento dos requisitos de habilitação ou à conformidade da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente.

3.5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

O certame será conduzido pela Agente de Contratação, com o auxílio da equipe de apoio, a quem competirá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame, por meio do sistema eletrônico;
- c) proceder à abertura das propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas apresentadas;
- e) desclassificar propostas, indicando de forma motivada os respectivos fundamentos;
- f) conduzir os procedimentos relativos à fase de lances e à escolha da proposta de menor preço, conforme o critério de julgamento adotado;
- g) verificar a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor do certame;
- i) receber, examinar e decidir quanto à admissibilidade e à pertinência dos recursos administrativos;
- j) elaborar e divulgar a ata da sessão pública;
- k) encaminhar o processo à autoridade competente para fins de adjudicação e homologação;
- l) instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades, quando necessário, visando à aplicação das penalidades previstas na legislação vigente.

3.6. DO ACESSO AO EDITAL E AOS DOCUMENTOS

O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente:



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



I – no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, por meio do Portal da Transparência, no endereço eletrônico www.riocrespo.ro.gov.br;

II – na Plataforma de Licitações LICITANET, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br;

III – no prédio sede da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação e até o recebimento das propostas.

3.7. DO ACOMPANHAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA

Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, sendo inteiramente responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de avisos, mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão de seu representante.

3.8. DA RESPONSABILIDADE PELOS ATOS NO SISTEMA

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive aqueles praticados diretamente ou por seu representante, ficando excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

3.9.1 Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à **documentação exigida para habilitação** e estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;

3.9.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a LICITANET.

3.9.3 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

3.9.3.1 O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

3.9.3.2 A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com o Município de Rio Crespo.

3.9.4 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderão ser esclarecidas pelos telefones: (34) 3014- 6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

3.10 Poderão participar desta Licitação somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

3.11 Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

3.12 A participação dar-se-á ****por lote único****, em conformidade com o Termo de Referência e a justificativa constante do processo administrativo nº 505/2025.

3.13 Aplicam-se ainda as hipóteses de vedação previstas na Lei nº 14.133/2021, especificadas nos subitens seguintes deste Edital.

3.13.1 VEDAÇÕES

3.13.2 Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



- 3.13.3** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, equiparando-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 3.13.4** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.13.5** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, bem como o licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 3.13.6** Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 3.13.7** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.13.8** Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.13.9** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
- 3.13.10** Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- 3.13.11** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 155, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 3.13.12** Empresas que tenham sido suspensas temporariamente ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência às normas de acesso à informação, conforme o artigo 155, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e o artigo 5º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024;
- 3.13.13** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem aos itens 3.8.2. e 3.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1.** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.licitanet.com.br.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



- 4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico será exclusivamente realizada por meio da Plataforma Eletrônica indicada no Edital, na qual o licitante deverá manifestar, no campo próprio da plataforma, o pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 4.3. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na **alínea “a” do subitem 5.2**
- 4.4. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.
- 4.5. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.
- 4.6. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones:
(34) 3014-6633 e (34) 2512-6500 ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br.
- 4.7. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 4.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Rio Crespo, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.9. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

5. – DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014 E DO DECRETO FEDERAL Nº 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007

- 5.1 As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas poderão usufruir dos benefícios previstos na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, e alterações posteriores, desde que declarem, em campo próprio da Plataforma Licitanet, que cumprem os requisitos legais para tal enquadramento.
- 5.2 O enquadramento será verificado automaticamente junto à Receita Federal, nos termos da legislação aplicável.
- 5.3 Nos termos dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, as ME e EPP fazem jus, entre outros:
- a) ao direito de regularização fiscal tardia, em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a contar da declaração de vencedor, mediante comprovação de que possuíam condição de regularidade na data da proposta;
 - b) ao tratamento diferenciado em caso de **empate ficto**, quando suas propostas forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
 - c) à preferência de contratação na forma da lei, observada a ordem de classificação e as condições do



edital.

5.4 Não fará jus ao tratamento diferenciado a empresa que não atender aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, hipótese em que será desconsiderada a declaração prestada.

6 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

7 DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. Após a divulgação do edital, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio da Plataforma Licitanet, suas propostas de preços, até a data e horário limite da Sessão Pública, conforme aviso de licitação.

7.2. A proposta deverá conter, obrigatoriamente:

I – valor total do lote único;

II – descrição detalhada da solução ofertada, em conformidade com o ANEXO I – Termo de Referência;

III – informações técnicas aplicáveis (marca, modelo, fabricante, prazos de implantação, garantias, registros quando cabível).

7.3. Os documentos exigidos no deverão ser enviados em ****um único arquivo em PDF****, obedecendo à ordem estabelecida no edital.

7.4. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com o edital, sujeitando-se às sanções legais em caso de falsidade.

7.5. As propostas poderão ser substituídas ou retiradas até a abertura da sessão pública.

7.6. A apresentação da proposta implica aceitação plena e irrevogável das condições do edital e de seus anexos.

7.7. Em caso de divergência entre as especificações constantes na plataforma e as do ANEXO I – Termo de Referência, prevalecerão as deste último.

7.8. O valor ofertado deverá incluir todos os insumos e custos necessários à execução do objeto, tais como tributos, taxas, encargos sociais, materiais, mão de obra, suporte técnico e demais despesas incidentes.

8 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a sessão pública, a Agente de Contratação verificará as propostas registradas e dará início à etapa de lances, exclusivamente por meio da Plataforma Licitanet.

8.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e decrescentes para o ****lote único****, sendo informados em tempo real do menor lance registrado, vedada a identificação do proponente.

8.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor; prevalecerá o que for recebido primeiro pelo sistema.

8.4. Lances manifestamente inexequíveis serão desclassificados, assegurado o contraditório e a ampla



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



defesa. Considera-se indício de inexecutabilidade a proposta com valor inferior a **50% do valor estimado pela Administração**, ou em outras situações que comprometam a viabilidade da execução contratual.

8.5. Antes da desclassificação, será facultado ao licitante apresentar justificativas ou documentos que comprovem a exequibilidade do preço ofertado.

8.6. As licitantes deverão manter a impessoalidade, sendo vedada qualquer forma de identificação até a fase final, sob pena de desclassificação.

8.7. O encerramento da etapa de lances observará os prazos definidos no sistema eletrônico, inclusive prorrogação automática, quando aplicável.

8.8. A exclusão de lance somente será possível durante a disputa, antes do encerramento do lote.

9 DO MODO DE DISPUTA

9.1. O presente certame será realizado no **modo de disputa aberto**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A etapa de envio de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema sempre que houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos, sendo a prorrogação sucessiva e automática.

9.3. Os licitantes somente poderão encaminhar lances para o lote único, observando intervalo mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) em relação ao último lance por eles ofertado, valor este fixado de modo a assegurar a competitividade e evitar lances simbólicos, conforme o art. 56, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Encerrada a etapa de lances, será imediatamente indicado o menor valor registrado, para fins de negociação e julgamento, nos termos deste edital.

10 DA DESCONEXÃO DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO

10.1. Na hipótese de desconexão da Agente de Contratação durante a etapa de lances, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes, que poderão registrar seus lances normalmente.

10.2. Quando possível, a Agente de Contratação retomará sua atuação sem prejuízo dos atos já realizados.

10.3. Se a desconexão persistir por período superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício no prazo de até 12 (doze) horas, mediante comunicação oficial aos licitantes pela Plataforma Licitanet.

11 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP E DO BENEFÍCIO REGIONAL

11.1. Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, inclusive o direito de regularização fiscal tardia e a aplicação do empate ficto.

11.2. Nos termos do Decreto Municipal nº 1175/2016, e visando à promoção do desenvolvimento local e regional, poderá ser concedida prioridade de contratação a ME/EPP sediadas no município de Rio Crespo/RO ou na microrregião do Vale do Jamari, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, observadas as condições do referido Decreto.

11.3. O exercício do benefício regional somente ocorrerá quando atendidas as condições mínimas de competitividade previstas em lei e neste edital, sendo vedada qualquer forma de restrição à ampla participação.

12 DO DESEMPATE

12.1. Após a etapa de envio de lances, em caso de empate, será observada a seguinte ordem de critérios:
I – Aplicação do empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, assegurando às microempresas e empresas de pequeno porte o direito de apresentar proposta de preço inferior



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



àquela considerada vencedora, desde que a diferença em relação à primeira colocada seja de até 10% (dez por cento), ou de até 5% (cinco por cento) nos casos de pregão.

II – Persistindo o empate, aplicar-se-ão sucessivamente os critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual poderão ser utilizados registros cadastrais e atestos de cumprimento de obrigações;
- c) comprovação de desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) comprovação de desenvolvimento e aplicação de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

III – Caso ainda persista o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, às propostas que envolvam:

- a) bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- b) empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) empresas que comprovem a prática de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

IV – Exauridos todos os critérios acima, o desempate será definido por ****sorteio eletrônico**** realizado pelo sistema Licitanet, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União.

14. – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

14.1. Encerrada a etapa de lances, a Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante classificado em primeiro lugar, visando obter melhores condições.

§ 1º A negociação será realizada exclusivamente pelo sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º A Agente de Contratação fixará prazo no sistema para o envio da proposta readequada e, se necessário, de documentos complementares, não inferior a 2 (duas) horas.

§ 3º Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, inclusive planilhas de composição de preços, quando exigidas.

15 DA PROPOSTA DE PREÇOS DEFINITIVA

15.1. Após a fase de lances e negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços ajustada ao último lance, devidamente preenchida, juntamente com a documentação de habilitação e demais documentos exigidos.

15.2. O envio ocorrerá por meio do módulo próprio da plataforma Licitanet, dentro do prazo estabelecido pela Agente de Contratação.

15.3. A proposta deverá conter todos os custos diretos e indiretos que compõem o objeto, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fretes, taxas, insumos, equipamentos e demais despesas, não sendo admitida cobrança adicional.

15.4. A proposta terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da abertura da sessão pública.

16 DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1. Cumpridas as etapas anteriores, a Agente de Contratação verificará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, considerando:

- I – a compatibilidade do preço em relação ao estimado pela Administração, constante dos autos;
- II – a conformidade técnica do objeto ofertado com o Termo de Referência.

16.2. Caso a proposta não seja aceitável, serão examinadas as propostas subsequentes, na ordem de



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



classificação, até a obtenção de proposta que atenda às exigências.

16.3. Não poderá haver desistência de lance ou proposta após ofertado, sob pena de aplicação das sanções previstas neste edital.

16.4. O julgamento da proposta dar-se-á pelo critério de ****menor preço global por lote único****, conforme previsto neste edital e no Termo de Referência.

16.5. Para avaliação da compatibilidade do item ofertado, a Agente de Contratação poderá solicitar prospectos, catálogos, folhetos técnicos ou links oficiais do fabricante, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento.

16.6. Encerrada a aceitação da proposta, será aberta a fase de manifestação de intenção de recurso, na forma da lei.

17. DA PRIMEIRA FASE DE INTENÇÃO DE RECURSO APÓS ACEITE DAS PROPOSTAS

17.1 Após a fase de julgamento das propostas da etapa de negociação e o aceite das propostas, Agente de Contratação abrirá a intenção de recurso no prazo de 15 (minutos) para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema. Nesse momento a Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, sendo realizada a apreciação e definida a resposta na última fase de Intenção de Recurso. Nas fundamentações do TCU Acórdão 2180/2023 e Art. 44 do Decreto art. 40 da IN73/2022 e Art. 44 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

18. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

18.1. Nos casos em que a Agente de Contratação constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

18.2. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

18.2.1. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, a Agente de Contratação procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

18.3. Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, a Agente de Contratação se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

19 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

19.1. A habilitação do licitante será comprovada mediante apresentação e/ou consulta à documentação especificada neste Edital e legislação aplicável.

19.2. A comprovação deverá atestar que o licitante se encontrava regular na data da abertura das propostas.

19.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, considerando o disposto na Lei nº 14.230/2021 (nova redação da Lei de Improbidade Administrativa), que prevê, dentre as sanções, a proibição de contratar com o Poder Público.

19.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

I – Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

II – Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

III – Se o licitante for matriz, mas a filial for a responsável pela execução contratual ou emissão de nota fiscal, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas.

19.5. A Administração poderá realizar diligências, nos termos do art. 64, §2º, da Lei nº 14.133/21, para verificar a veracidade de informações ou sanar dúvidas, sendo vedado suprir a ausência de



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



documento exigido.

19.6. A empresa classificada em primeiro lugar poderá ser convocada a apresentar documentação complementar em prazo fixado pela Agente de Contratação, por meio do módulo HabilitaNet/Licitanet.

19.7. A Agente de Contratação poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

19.8. Nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/21, a ausência de documentos obrigatórios acarretará inabilitação, salvo se a licitante estiver amparada pelo art. 43 da LC nº 123/2006 (regularidade fiscal de ME/EPP).

19.9. A ausência de documentos de caráter acessório ou informações complementares poderá ser sanada via diligência, nos termos da lei.

19.10. A Administração não se responsabiliza por eventuais falhas técnicas em sistemas de emissão de certidões, cabendo exclusivamente às licitantes a apresentação tempestiva dos documentos exigidos.

19.11. Os documentos deverão estar dentro do prazo de validade expresso em lei ou no próprio documento.

19.12. Não serão aceitos protocolos de solicitação em substituição aos documentos requeridos.

19.13. Às microempresas e empresas de pequeno porte será assegurado o tratamento diferenciado previsto no art. 43 da LC nº 123/2006, quanto à regularidade fiscal.

19.14. As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação exigida, ainda que contenha restrições.

19.15. Constatada restrição na regularidade fiscal ou trabalhista, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para regularização, contado da declaração de vencedor.

19.16. A não regularização no prazo implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, facultada a convocação dos licitantes remanescentes.

19.17. A Administração poderá diligenciar a qualquer momento para verificar validade e autenticidade das certidões apresentadas, prevalecendo sempre o documento mais recente.

19.18. Havendo dúvidas quanto à veracidade ou compatibilidade de documentos apresentados, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares, como contratos, atas, notas fiscais ou equivalentes.

19.19. Nos casos em que o objeto social da empresa gerar dúvida quanto à pertinência com o objeto licitado, a Administração poderá diligenciar exclusivamente para verificar se a licitante atua em ramo compatível.

19.20. Após análise e aceite da documentação de habilitação, a Agente de Contratação registrará no sistema eletrônico a condição de HABILITADO para a licitante.

20 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

20.1 No caso de empresário individual: apresentar o registro comercial na Junta Comercial da respectiva sede, conforme o art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

20.2 Em se tratando de microempreendedor individual (MEI): apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio oficial do Governo Federal.

20.2.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada:

- **EIRELI**, atualmente transformada em **Sociedade Limitada Unipessoal (SLU)**, nos termos da Lei nº 14.195/2021: apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

20.2.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opere, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

20.2.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

20.2.4. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

20.2.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as suas alterações ou da consolidação respectiva.

20.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

20.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB), **observando-se, no caso de filial**, a necessidade de apresentação do CNPJ **da unidade executora** do objeto, se for distinto da matriz, conforme regras previstas neste Edital.

20.3.2 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

20.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União, conforme previsto no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

20.3.4 Comprovação de regularidade perante a Fazenda Municipal do **domicílio ou sede** do licitante, por meio da Certidão de Tributos Municipais que ateste a inexistência de débitos ou pendências, relacionada ao ramo de atividade e aos tributos afetos ao objeto desta licitação.

20.3.5 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do **domicílio ou sede** do licitante, pertinente ao ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

20.3.6 Quando cabível, a Certidão de Débitos Estaduais deverá ser apresentada **em conjunto** com a Certidão da Dívida Ativa do Estado. Em caso de licitantes sediados no Estado de Rondônia, a emissão deverá observar a Instrução Normativa nº 12/2021/GAB/CRE ou norma que a substitua.

20.3.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa (CPDEN), fornecida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br), nos termos da Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa do TST nº 1.470/2011.

20.3.8 Serão aceitas tanto a Certidão Negativa de Débitos (CND) quanto a Certidão Positiva com Efeito de Negativa (CPEN), para fins de comprovação de regularidade fiscal, desde que estejam **dentro do prazo de validade** e emitidas pelos órgãos competentes, em conformidade com o art. 206 do Código Tributário Nacional e o art. 68, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

20.3.9 **Validade das certidões:** Todas as certidões deverão estar válidas na data de habilitação. Caso não conste prazo expresso, a Administração adotará aquele previsto em lei ou, na ausência de previsão legal, considerará o limite de 90 (noventa) dias de emissão, salvo disposição diversa do órgão emissor.

20.3.10 A **responsabilidade pela apresentação** dos documentos permanece com o licitante, ainda que a Administração possa, a seu critério, verificar a autenticidade das certidões nos sítios eletrônicos oficiais. Em caso de inconsistência ou impossibilidade de conferência on-line, o licitante deverá providenciar, às suas expensas, a regularização ou nova via do documento no prazo concedido pela Administração, sob pena de inabilitação.

20.4 DECLARAÇÕES

20.4.1 Apresentação da DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO ANEXO IV) contendo, sob pena de desclassificação:

OBS: Sob pena de desclassificação, a declaração deverá conter:

20.4.1.1 Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;

20.4.1.2 Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

20.4.1.3 Para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



20.4.1.4 Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal de Rio Crespo-RO.

20.4.1.5 Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;

20.4.1.6 Que não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos da Lei nº 14.230/2021;

20.4.1.7 Não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei 8.429/92;

20.4.1.8 Que o sistema ofertado atende integralmente às exigências deste edital e do Termo de Referência, e que a solução implantada corresponderá àquela apresentada na proposta;

20.4.1.9 Que Cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, IV da lei 14.133/2021;

20.4.1.10 Que o(s) produto(s) ofertados atende(m) na íntegra as exigências deste edital e que a(s) marca(s) e especificação(ões) entregues serão a mesma ofertada na proposta;

20.4.1.11 Que toda documentação anexada à plataforma LICITANET é autêntica.

20.4.1.12 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, IV § 1º da lei 14.133/2021;

20.4.1.13 **QUANDO** Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual: **declarar** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

20.4.1.14 Declara ainda tem ciência da observância dos limites de valor anual de enquadramento conforme art 4º § 2º da lei 14.133/2021.

20.4.2. Em casos de ausência de declarações e de anexos do edital, poderá a Agente de Contratação abrir diligência.

20.5 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA (ART. 67, LEI Nº 14.133/2021):

20.5.1 A comprovação de aptidão técnica será realizada mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços técnicos de engenharia elétrica, compatíveis com o objeto desta licitação, abrangendo, no mínimo, atividades de:

- a) implantação, substituição, retirada ou manutenção de sistemas de iluminação pública;
- b) instalação e manutenção de luminárias em tecnologia LED;
- c) execução de serviços em redes elétricas de baixa tensão;
- d) realização de testes, medições elétricas e verificação de funcionamento.

20.5.2 Os atestados deverão referir-se a serviços executados pelo licitante em sua atividade econômica principal ou secundária, compatível com o objeto licitado, conforme previsto em seu contrato ou estatuto social vigente.

20.5.3 O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à verificação da autenticidade e legitimidade dos atestados, podendo a Administração, em diligência, exigir a apresentação de cópias de contratos, ordens de serviço, notas fiscais, medições ou outros documentos comprobatórios.

20.5.4 Será admitida a complementação de informações ou documentos, quando possível sanar falhas



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



formais que não comprometam a veracidade da comprovação da capacidade técnica, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

20.5.5 Cada atestado deverá conter, no mínimo:

- a) descrição clara e objetiva dos serviços executados, com indicação das atividades relacionadas à iluminação pública;
- b) indicação do quantitativo aproximado de pontos de iluminação, luminárias ou serviços executados, quando aplicável;
- c) informação quanto à execução satisfatória dos serviços, compatível com as exigências deste Edital;
- d) indicação do período de execução ou da data de conclusão dos serviços;
- e) identificação e assinatura do responsável pela contratante emissora do atestado;
- f) dados completos de identificação da contratante e da contratada;
- g) data de emissão do atestado.

20.5.6 Quando aplicável, a Administração poderá exigir a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada no CREA competente, vinculada aos serviços descritos nos atestados, como forma de reforço da comprovação da capacidade técnica.

20.5.7 Para fins de verificação da capacidade técnica, os atestados deverão demonstrar experiência em quantitativos e complexidade compatíveis com os parâmetros do Município de Rio Crespo/RO, conforme definido no Termo de Referência, vedada a exigência de quantitativos mínimos que restrinjam indevidamente a competitividade.

20.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

20.6.1 Certidão que comprove a inexistência de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, emitida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade ou, na ausência de data expressa, emitida há no máximo 90 (noventa) dias, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

20.6.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, devidamente autenticados ou registrados na Junta Comercial do respectivo Estado ou transmitidos via SPED (Sistema Público de Escrituração Digital).

20.6.3 Não serão aceitos balancetes ou balanços provisórios em substituição aos documentos oficiais.

20.6.4 Caso os documentos contábeis tenham sido encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação, poderão ser atualizados por índices oficiais.

20.6.5 O balanço deve ser apresentado com termo de abertura e encerramento, devidamente registrado ou autenticado pela junta comercial do estado, sede da empresa licitante ou que tenha sido transmitido via SPED.

20.6.6 Empresa constituída a menos de um ano admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referente ao período de existência da sociedade, substituível pelo balanço de abertura devidamente autenticado ou registrado na junta comercial do estado ou que tenha sido transmitido via SPED.

20.6.7 A Agente de Contratação poderá solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos ou documentos complementares relativos às informações econômico-financeiras já apresentadas, fixando prazo para atendimento, conforme art. 64, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.6.8 Caso se verifique ausência ou falha sanável em documento pré-existente, poderá ser concedido prazo para complementação, de acordo com o art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Entretanto, não serão aceitos protocolos ou solicitações de documentos em substituição aos documentos exigíveis que não existiam até a data de habilitação.

20.6.9 Decorrido o prazo para envio ou regularização dos documentos, se o licitante não atender às exigências, poderá ser inabilitado, facultando-se à Administração a convocação dos demais classificados, na forma da lei.



21 DOS RECURSOS

- 21.1. Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo aberto pela Agente de Contratação, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.
- 21.2. A falta de manifestação, imediata e motivada, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a Agente de Contratação a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 21.3. A Agente de Contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.
- 21.4. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.
- 21.5. Os recursos serão dirigidos à Prefeitura de Rio Crespo, por intermédio da Agente de Contratação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 10 (dez) dias úteis ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.
- 21.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 21.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sempre que solicitado e/ou poderão ser acessados eletronicamente por meio de sistema próprio.

23 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 23.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o MENOR PREÇO GLOBAL apurado, a Agente de Contratação declarará a empresa vencedora do respectivo LOTE ADJUDICANDO-O.
- 23.2. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.
- 23.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Agente de Contratação sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.
- 23.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.
- 23.5. Quando houver recurso e a Agente de Contratação mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Agente de Contratação.
- 23.6. Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

24 DO CONTRATO

- 24.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinatura do contrato administrativo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.
- 24.2. Alternativamente à convocação presencial, a Administração poderá encaminhar o contrato para assinatura por meio eletrônico (plataforma oficial), ou ainda, em casos excepcionais, por correspondência postal com aviso de recebimento (AR). Nesses casos, o prazo para devolução devidamente assinado será de até 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



24.3. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o transcurso do prazo, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração.

24.4. O contrato decorrente deste certame terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado, sucessivamente, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 106, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

24.5. A prorrogação contratual ficará condicionada a:

- a) comprovação de que o fornecedor cumpriu satisfatoriamente todas as obrigações assumidas;
- b) demonstração, por meio de pesquisa de mercado, de que os preços permanecem compatíveis com os praticados;
- c) manifestação expressa e justificada do órgão contratante quanto ao interesse na continuidade da execução dos serviços.

24.6. O contratado deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do contrato em prazo não inferior a 90 (noventa) dias antes do término de sua vigência.

24.7. A ausência de manifestação ou o não atendimento das condições previstas poderá ensejar a realização de nova licitação, não cabendo ao contratado qualquer direito de indenização ou compensação.

25 DO PAGAMENTO

25.1 O pagamento será realizado de forma **mensal**, em até **30 (trinta) dias** contados da data do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente, em conformidade com o art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

25.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome da Administração contratante, contendo a descrição detalhada dos serviços prestados no período, e ser acompanhada de todos os documentos comprobatórios eventualmente exigidos neste Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

25.3 O pagamento observará rigorosamente a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações, nos termos do art. 141, §1º, da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses legais de inversão.

25.4 Constituirá condição para o pagamento a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do contratado, bem como a inexistência de impedimento para contratar com o Poder Público, a ser verificada no momento da liquidação da despesa.

25.5 Havendo erro na documentação fiscal apresentada ou descumprimento contratual que justifique a glosa, o prazo de pagamento ficará suspenso até a sua regularização, não respondendo a Administração por encargos decorrentes do atraso.

25.6 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de cumprimento obrigação que lhe tenha sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplência contratual.

25.7 O pagamento dar-se-á exclusivamente em moeda corrente nacional (R\$), por meio de crédito em conta corrente indicada pela contratada.

26 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. O licitante ou contratado que praticar qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

I – Advertência: para infrações de menor gravidade;

II – Multa: moratória ou compensatória, na forma deste edital;

III – Impedimento de licitar e contratar: com a Administração Pública direta e indireta do Município de Rio Crespo, pelo prazo de até 3 (três) anos;

IV – Declaração de inidoneidade: para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



entes federativos, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.

26.2. Das Multas:

a) Moratória: 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 20% (vinte por cento);

b) Compensatória: de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato/ata, nos casos de inexecução total ou parcial.

26.3. Na aplicação das sanções, serão observados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

26.4. O processo sancionador seguirá o rito do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa e produção de provas.

27 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

27.1. As obrigações da contratada são as constantes no Termo de Referência e seus anexos, bem como nas demais normas aplicáveis.

28 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. A dotação orçamentária para a presente contratação consta no Termo de Referência

29 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

29.1. As obrigações da contratante são as previstas no Termo de Referência e seus anexos, observada a legislação aplicável.

30 DO REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

30.1. Os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

30.2. Após esse período, será admitido o reajuste, na forma do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021, com base no índice oficial definido no Termo de Referência.

30.3. Os preços poderão ser revistos nas seguintes hipóteses:

I – Redução dos preços de mercado, visando à economicidade para a Administração;
II – Ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem o equilíbrio econômico-financeiro da contratação (art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021).

30.4. A solicitação de revisão deverá ser formalizada pela contratada, acompanhada da devida comprovação, e será analisada pela Administração, podendo ensejar a celebração de termo aditivo ao contrato.

31 DAS CONDIÇÕES GERAIS

31.1 A Administração Pública se reserva no direito de:

31.2 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

31.2.1 Revogar, se for considerada inoportuna, por interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização.

31.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

31.4 À Agente de Contratação ou à Autoridade Competente é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



- 31.5 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 31.6 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente aceito pela Agente de Contratação, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023.
- 31.7 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documento falso, ensejar atraso na execução, não mantiver a proposta, falhar na execução, ou incorrer em comportamento inidôneo, ficará sujeito às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 31.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.
- 31.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.
- 31.10 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.
- 31.11 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 31.12 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.
- 31.13 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.
- 31.14 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;
- 31.15 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.
- 31.16 Fica assegurada a unidade requisitante, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;
- 31.17 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.
- 31.18 Aos Casos Omissos, serão solucionados diretamente pela Agente de Contratação ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 e Lei complementar nº. 123/06 e alterações.
- 31.19 É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração;
- 31.20 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.licitanet.com.br e alternativamente no site www.riocrespo.ro.gov.br ou solicitados via e-mail institucional.
- 31.21 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.
- 31.22 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



obtidas na Prefeitura Municipal de Rio Crespo – Departamento de Licitações.

31.23 A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

31.24 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

31.25 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

31.26 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas na sede Prefeitura de Rio Crespo /RO.

31.27 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

31.27.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

I – Nas hipóteses de provimento de recurso que implique anulação de atos anteriores à sessão;

II – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado;

III – Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, não comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, ou não atender às exigências de habilitação.

Parágrafo único. Nesses casos, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação..

32 – ANEXOS

32.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II: PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE (SE NECESSÁRIO)

ANEXO V: MINUTA DE ATA

ANEXO VI: MINUTA DE CONTRATO

Rio Crespo, 09 de fevereiro de 2026.

ANEXO I PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 649/2025

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSU)

Município: Rio Crespo/RO

Titular: Ederson Pereira de Campos – Secretário Municipal de Serviços Urbanos.

Processo nº 649/2025

2. OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia elétrica para execução dos serviços de implantação, substituição e manutenção das luminárias públicas em tecnologia LED no município de Rio Crespo/RO, **sem fornecimento de materiais**, incluindo:

- mão de obra técnica e operacional especializada;
- veículos (plataforma aérea, caminhão munck, etc);
- ferramentas, equipamentos, EPIs/EPCs necessários;
- transporte, logística interna, testes, medições, relatórios;
- retirada, descarte ou destinação dos equipamentos substituídos conforme normas ambientais.

Os materiais elétricos (luminárias, relês fotoelétricos, conectores, braços, cabos) são fornecidos pela Administração Municipal, conforme convênios e processo administrativo indicados.

Nº	ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT	VLR UNT	VLR TOTAL
01	Instalação das novas luminárias LED, relês fotoelétricos, braços, cabos e conectores fornecidos pela Prefeitura.	Serv.	500	276,43	138.215,00
02	rocas e Retirada com descarte ambientalmente adequados das luminárias existentes	Serv.	500	284,78	142.390,00
03	erviços técnicos em sistemas de iluminação pública, incluindo: Reparos elétricos em baixa tensão, com substituição de componentes danificados (disjuntores, cabos, relês, etc.); Ligações elétricas e adequações conforme normas técnicas (ex. NBR 5410), abrangendo quadros de distribuição, aterramento e conexões; Fixação e instalação de infraestrutura elétrica, como braços, eletrodutos, canaletas e suportes; Testes e medições de desempenho elétrico, com emissão de laudo técnico;	Serv.	500	232,77	116.385,00
				VLR TOTAL: 396.990,00	

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A SEMSU, no exercício de sua atribuição legal de gerenciamento da iluminação pública municipal, detectou a necessidade de modernização do parque de iluminação existente, caracterizado por luminárias com tecnologia ultrapassada, alto consumo energético, falhas recorrentes e deficiência luminotécnica nas vias públicas.





3.2. Os materiais necessários à intervenção já estão garantidos por meio dos seguintes instrumentos:

- Convênio nº CV-290/SEOSP/PGE/2023 – Governo do Estado de Rondônia;
- Convênio nº CNV-323/SEOSP/PGE/2023 – Governo do Estado de Rondônia;
- Processo Filhote nº 625/2025 – Aquisição de Materiais Elétricos para Manutenção da Rede de Iluminação Pública do Município de Rio Crespo/RO.

3.3. Diante disso, é justificável a contratação somente da empresa para execução dos serviços técnicos, uma vez que os materiais já se encontram em estoque municipal, reduzindo custos, riscos de fornecimento e tempo de execução.

3.4. A modernização da iluminação pública viabiliza:

- redução significativa do consumo de energia elétrica (estimativa de até 40-50%);
- melhoria da eficiência e durabilidade dos equipamentos;
- aumento da uniformidade luminosa, conforto visual e segurança pública;
- cumprimento das metas pactuadas nos convênios estaduais;
- alinhamento à política de sustentabilidade urbana e eficiência energética.

3.5. O presente Termo de Referência atende aos preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021 (planejamento, economicidade, eficiência), bem como às normas técnicas aplicáveis ao setor.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS DISPONIBILIZADOS

➤ Relação dos materiais disponibilizados pela Administração Municipal

Processo Filhote nº 625/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 007/2024 - referente o processo mãe nº 112/2024.

Item	Descrição do Material	Unidade	Quantidade
01	Conector de Derivação Perfurante em PVC 16 mm MCI	UND	50,00
02	Luminária Pública LED 100W (±10% tolerância) Corpo em alumínio extrudado ou injetado, LED SMD, temperatura de cor 4000K/5000K, fluxo luminoso mínimo de 16.100 lm, eficiência ≥170 lm/W, IP66, IK09, THD ≤10%, fator de potência ≥0,95, vida útil ≥100.000h, IRC>70, proteção contra surto 10KV/10KA, ajuste angular ±15°, válvula de controle de pressão, peso máximo 3,2 kg, pintura eletrostática cinza Munsell N6,5. Documentação exigida: catálogo técnico, datasheet, certificado de conformidade com Portaria Inmetro nº 62/2022 e selo PROCEL.	UND	100
03	Relé Fotoelétrico (Fotocélula) Tensão bivolt, potência de carga 1000W, carga aparente 1800VA, corrente nominal 10A, frequência 50/60Hz, grau de proteção IP65, normal fechado (NF), padrão de encaixe NEMA 3 pinos.	UND	50

Convênio Nº 323/SEOSP/PGE/2023

Item	Descrição do Material	Unidade	Quantidade
01	Luminária pública LED com ajuste de instalação de 0° e 90°, com ajuste de ângulo -15° +15°. Potências 100 w, temperatura de cor: 4000k e 5000k l eficiência de até 140lm/w, fator de potência 098, para tensão 220v, protetor contra surto 10KA, corpo em alumínio extrudado(6063/T5), LED com encapsulamento termostático, pintura eletroestática com	UND	125





	tinta pó e proteção ultravioleta cor cinza. Garantia de 04anos mínimo, montagem em braços de 25mm a 60,3mm, produto certificado pelo INMETRO, vida útil das luminárias 64.000 mínimos horas		
02	Relê fotoelétrico Tensão: Bivolt (105 a205) Potência: 1800 VA /1000 W, Frequência: 50/60 Hz	UND	125
03	PARAFUSO MÁQUINA M16 X 350MM 14" CABEÇA QUADRADA	UND	125
04	CONECTOR GRAMPO PARALELO ALUMINIO	UND	250
05	Braço para luminária publica com medidas de 3,0 metros comprimento, fabricado em aço galvanizado eletrolítico de 1-1/2 polegadas de diâmetro, chapa 14, curvo com sapata para dois parafusos, sendo confeccionado com cano na parte superior de 1 ½ polegadas, parte inferior cano de 20mm e chapa em aço galvanizado chapa 14 e moldura ornamental em chapa galvanizada 18mm, com formato triangular curvo e furos redondos com medidas conforme detalhes na foto ilustrativa em anexo. Tendo medidas da moldura triangular junto a sapata 40cm sendo distribuída no entorno do braço até chegar a zero, medida furação da sapata distância de 50cm entre si.	UND	125
06	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	METROS	875.00

Convênios CV-290/SEOSP/PGE/2023

Item	Descrição do Material	Unidade	Quantidade
01	Luminária publica LED com ajuste de instalação de 0° e 90°, com ajuste de ângulo -15° +15°. Potencias 100 w, temperatura de cor: 4000k e 5000k l eficiência de até 140lm/w, fator de potência 098, para tenção 220v, protetor contra surto 10KA, corpo em alumínio extrudado(6063/T5), LED com encapsulamento termostático, pintura eletroestática com tinta pó e proteção ultravioleta cor cinza. Garantia de 04anos mínimo, montagem em braços de 25mm a 60,3mm, produto certificado pelo INMETRO, vida útil das luminárias 64.000 mínimos horas	UND	131
02	Relê fotoelétrico Tensão: Bivolt (105 a205) Potência: 1800 VA /1000 W, Frequência: 50/60 Hz	UND	131
03	PARAFUSO MÁQUINA M16 X 350MM 14" CABEÇA QUADRADA	UND	131
04	CONECTOR GRAMPO PARALELO ALUMINIO	UND	262
05	Braço para luminária publica com medidas de 3,0 metros comprimento, fabricado em aço galvanizado eletrolítico de 1-1/2 polegadas de diâmetro, chapa 14, curvo com sapata para dois parafusos, sendo confeccionado com cano na parte superior de 1 ½ polegadas, parte inferior cano de 20mm e chapa em aço galvanizado chapa 14 e moldura ornamental em chapa galvanizada 18mm, com formato triangular curvo e furos redondos com medidas conforme detalhes na foto ilustrativa em anexo. Tendo medidas da moldura triangular junto a sapata 40cm sendo distribuída no entorno do braço até chegar a zero, medida furação da sapata distância de 50cm entre si.	UND	131
06	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	METROS	917

Outras vias poderão ser incluídas conforme cronograma e estoque de materiais.





5. ÂMBITO DE EXECUÇÃO / LOCALIDADE

Os serviços serão executados nas vias/avenidas urbanas da sede municipal e demais logradouros definidos pela SEMSU, especificamente:

➤ **Localidades onde serão executados os serviços de substituições de luminárias públicas em tecnologia LED e demais componetes necessarios.**

Rua 13 de Fevereiro	2
Rua Ermelindo Milani	3
Rua Minas Gerais	4
Rua Cerejeira	1
Avenida Afonso Gago	52

➤ **Localidades onde serão executados os serviços de implatações em tecnologia LED:**

TRECHO	COORDENADA INÍCIO	COORDENADA FINAL	QUANTIDADE TRECHO
RUA PARANÁ	20 L 511520.06 m E 20 L 8927648.68 m S	20 L 511976.00 m E 20 L 8927644.30 m S	17
RUA ANTONIO M. SANTANA	20 L 510603.82 m E 20 L 8927561.52 m S	20 L 510895.40 m E 20 L 8927564.84 m S	02
RUA GOVERNADOR J. TEIXEIRA	20 L 510601.55 m E 20 L 8927489.25 m S	20 L 511763.58 m E 20 L 8927443.59 m S	01
RUA ANTONIO J SANTOS	20 L 510604.39 m E 20 L 8927426.00 m S	20 L 510893.69 m E 20 L 8927429.25 m S	04
RUA F. A. FONSECA	20 L 510694.25 m E 20 L 8927298.11 m S	20 L 510896.00 m E 20 L 8927293.00 m S	05
RUA ERMELINDO MILANI	20 L 510792.00 m E 20 L 8927219.00 m S	20 L 511167.00 m E 20 L 8927221.00 m S	14
RUA CASTANHEIRAS	20 L 510906.00 m E 20 L 8926936.00 m S	20 L 511062.00 m E 20 L 8926934.00 m S	05
RUA ANTONIO DE P. NEGREIRO	20 L 511067.87 m E 20 L 8927028.50 m S	20 L 511176.61 m E 20 L 8927027.32 m S	04
RUA MOGNO	20 L 511072.06 m E 20 L 8926900.98 m S	20 L 511182.47 m E 20 L 8926902.30 m S	03
RUA SILVERNANI SANTOS	20 L 510794.00 m E 20 L 8926796.00 m S	20 L 511319.00 m E 20 L 8926789.00 m S	09
RUA 13 DE FEVEREIRO	20 L 510900.50 m E 20 L 8927643.35 m S	20 L 510905.00 m E 20 L 8926636.00 m S	20
RUA CEREJEIRAS	20 L 511065.00 m E 20 L 8927128.00 m S	20 L 511067.00 m E 20 L 8926631.00 m S	15
RUA DO CAFÉ	20 L 511128.24 m E 20 L 8927216.20 m S	20 L 511129.46 m E 20 L 8927146.75 m S	03
RUA MINAS GERAIS	20 L 511171.89 m E 20 L 8927640.50 m S	20 L 511187.48 m E 20 L 8926634.65 m S	24
RUA PAULO MACÍLIO G	20 L 511487.00 m E 20 L 8927146.00 m S	20 L 511491.10 m E 20 L 8927269.95 m S	03
Total			131

TRECHO	COORDENADA	COORDENADA	QUANTIDADE
--------	------------	------------	------------





	INÍCIO	FINAL	TRECHO
RUA PARANÁ	20 L 510603.00 m E 20 L 8927638.00 m S	20 L 510977.00 m E 20 L 8927638.00 m S	10
RUA ANTONIO M. SANTANA	20 L 510598.00 m E 20 L 8927561.00 m S	20 L 510900.00 m E 20 L 8927562.00 m S	08
RUA GOVERNADOR J. TEIXEIRA	20 L 510597.00 m E 20 L 8927489.00 m S	20 L 510977.00 m E 20 L 8927489.00 m S	10
RUA ANTONIO J SANTOS	20 L 510598.00 m E 20 L 8927426.00 m S	20 L 510896.00 m E 20 L 8927426.00 m S	10
RUA JUSTIMIANO PEREIRA	20 L 510600.00 m E 20 L 8927354.00 m S	20 L 510976.00 m E 20 L 8927355.00 m S	11
RUA F. A. FONSECA	20 L 510690.00 m E 20 L 8927295.00 m S	20 L 510897.00 m E 20 L 8927292.00 m S	06
RUA ANTONIO DE P. NEGREIRO	20 L 511072.00 m E 20 L 8927025.00 m S	20 L 511175.00 m E 20 L 8927025.00 m S	02
RUA MOGNO	20 L 511073.00 m E 20 L 8926900.00 m S	20 L 511179.00 m E 20 L 8926900.00 m S	03
RUA SILVERNANI SANTOS	20 L 510791.00 m E 20 L 8926795.00 m S	20 L 511179.00 m E 20 L 8926790.00 m S	11
RUA MATIAS MONTALVÃO	20 L 510692.00 m E 20 L 8927637.00 m S	20 L 510693.00 m E 20 L 8927296.00 m S	10
RUA SÃO PAULO	20 L 510789.00 m E 20 L 8927630.00 m S	20 L 510788.00 m E 20 L 8926906.00 m S	14
RUA MARACATIARA	20 L 510901.00 m E 20 L 8927126.00 m S	20 L 510904.00 m E 20 L 8926630.00 m S	14
RUA CEREJEIRAS	20 L 511067.00 m E 20 L 8927016.00 m S	20 L 511066.00 m E 20 L 8926630.00 m S	07
RUA MINAS GERAIS	20 L 511177.00 m E 20 L 8927124.00 m S	20 L 511187.00 m E 20 L 8926630.00 m S	09
Total			125

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Convênio N° CNV 323/SEOSP/PGE-2023






CAROLINE TAYNARA PIVA RIGUE
Engenheira Civil
CREA-RO 17677 D-RO





RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Convênio N° CNV 323/SEOSP/PGE-2023




CAROLINE TAYNARA PIVA RIGUE
Engenheira Civil
CREA-RO 17677 D-RO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Convênio N° CNV 323/SEOSP/PGE-2023






CAROLINE TAYNARA PIVA RIGUE
Engenheira Civil
CREA-RO 17677 D-RO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Convênio N° CNV 323/SEOSP/PGE-2023




CAROLINE TAYNARA PIVA RIGUE
Engenheira Civil
CREA-RO 17677 D-RO





RELATÓRIO FOTOGRÁFICO **Convênio N° CNV 323/SEOSP/PGE-2023**



CAROLINE TAYNARA PIVA RIGUE
Engenheira Civil
CREA-RO 17677 D-RO





RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Convênio N° CNV 323/SEOSP/PGE-2023




CAROLINE TAYNARA PIVA RIGUE
Engenheira Civil
CREA-RO 17677 D-RO





RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Convênio N° CNV 290/SEOSP/PGE-2023



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Convênio N° CNV 290/SEOSP/PGE-2023





RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Convênio N° CNV 290/SEOSP/PGE-2023



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO





Convênio N° CNV 290/SEOSP/PGE-2023



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO Convênio N° CNV 290/SEOSP/PGE-2023





RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Convênio N° CNV 290/SEOSP/PGE-2023



6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A execução da contratação observará a Lei Federal nº 14.133/2021, com destaque para:

- Art. 5º (princípios);
- Art. 6º, XLI (serviços comuns de engenharia);
- Art. 18 (Elaboração do Estudo Técnico Preliminar);
- Art. 28, I (Modalidade Pregão Eletrônico);
- Art. 47 (Parcelamento do objeto);
- Arts. 155 a 159 (Sanções).

Ademais, serão respeitadas as normas técnicas ABNT NBR 5101, NBR 5410, NBR 15129, as normas de segurança NR-10, NR-12, NR-35, e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

7. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 Modalidade de licitação

A presente contratação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, em **lote único**, conforme disposto no **art. 28, inciso I**, e **art. 6º, inciso XL**, da Lei Federal nº 14.133/2021, e regulamentações complementares.





O certame será conduzido **na forma eletrônica**, com utilização de sistema oficial de compras públicas, observando-se as regras de transparência, competitividade e economicidade.

7.2 Regime de execução

O regime de execução será o de **empreitada por preço global**, conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133/2021, significando que:

- A contratada se responsabilizará pela **execução integral dos serviços descritos neste Termo de Referência**, incluindo **mão de obra, equipamentos, ferramentas, veículos, logística e segurança**, sem fornecimento de materiais elétricos (a cargo da Administração);
- O preço ofertado deverá considerar **todos os custos diretos e indiretos** necessários para a completa execução do objeto;
- **Não serão admitidos reajustes de valores por medições parciais**, salvo nos casos previstos em lei, ou quando expressamente autorizados mediante termo aditivo.

Em síntese, o valor ofertado corresponderá ao **preço total e definitivo dos serviços a executar**, conforme o escopo técnico definido e o cronograma físico-financeiro aprovado.

Contratação de **empresa especializada em serviços de engenharia elétrica** para **execução de instalação, reparos e substituição de luminárias públicas em tecnologia LED, sem fornecimento de materiais**, sendo:

LOTE	QUNT	UND	DESCRIÇÃO
01	500	SERV	Instalação das novas luminárias LED, relês fotoelétricos, braços, cabos e conectores fornecidos pela Prefeitura.
02	500	SERV	Trocas e Retirada com descarte ambientalmente adequados das luminárias existentes.
03	500	SERV	Serviços técnicos em sistemas de iluminação pública, incluindo: Reparos elétricos em baixa tensão, com substituição de componentes danificados (disjuntores, cabos, relês, etc.); Ligações elétricas e adequações conforme normas técnicas (ex. NBR 5410), abrangendo quadros de distribuição, aterramento e conexões; Fixação e instalação de infraestrutura elétrica, como braços, eletrodutos, canaletas e suportes; Testes e medições de desempenho elétrico, com emissão de laudo técnico;

7.3 Critério de julgamento

O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço Global**, conforme art. 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o seguinte:

1. **A proposta vencedora será aquela que apresentar o menor valor global** para execução integral do objeto, atendendo plenamente às especificações técnicas, prazos e condições de execução estabelecidos neste Termo de Referência e no edital;
2. As propostas deverão apresentar **preço unitário total (valor global)**, considerando o conjunto dos serviços previstos — implantação, substituição, manutenção e testes das luminárias LED — conforme as localidades e quantidades definidas;
3. Serão desclassificadas as propostas que:
 - Não atendam às especificações técnicas ou exigências operacionais;
 - Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o mercado;
 - Dividam indevidamente o objeto (não será admitido fracionamento do lote);





4. A **análise da exequibilidade** das propostas poderá incluir verificação de custos mínimos de mão de obra, equipamentos e encargos, conforme parâmetros de mercado e normas trabalhistas.

7.4 Execução vinculada à proposta vencedora

A execução dos serviços se dará **integralmente conforme a proposta vencedora**, respeitando:

- O **escopo técnico detalhado** e o **cronograma de execução** estabelecido;
- A **metodologia e sequência operacional** apresentada pela contratada, quando aprovada pela fiscalização;
- O **valor global fixado na proposta vencedora**, que será o limite máximo para medições e pagamentos, salvo alterações contratuais devidamente justificadas e autorizadas.

7.5 Fiscalização e medição conforme execução

- A execução será acompanhada e medida **por etapas de conclusão física**, de acordo com o cronograma aprovado e os percentuais financeiros correspondentes;
- Cada medição dependerá de **relatório técnico, fotográfico e emissão de ART**, submetidos à aprovação da SEMSU;
- O pagamento ocorrerá proporcionalmente à execução efetiva dos serviços, **sem ultrapassar o valor global contratado**.

8. REQUISITOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS

8.1 Equipe e habilitação

- Engenheiro eletricista responsável técnico (CREA/RO ativo);
- Eletricistas com certificação NR-10 e NR-35;
- Auxiliares de apoio operacional;
- Capacidade técnica comprovada em serviços de iluminação pública (retrofit LED) em município.

8.2 Equipamentos e logística

- Caminhão munck ou plataforma aérea;
- Ferramentas eletricistas isoladas;
- EPIs/EPCs certificados;
- Veículos para transporte interno de materiais;
- Priorizar execução com mínimo de interferência no tráfego e segurança pública.

8.3 Execução dos serviços

- Emissão de ART por lote ou etapa;
- Sinalização, isolamento da área, proteção dos pedestres;
- Verificação de funcionamento, medições de eficiência, testes de fluxo, harmônicos, padrão IP/IK;
- Ajuste de ângulo das luminárias conforme projeto luminotécnico;
- Destinação ambiental de peças antigas, com registro e relatório.

8.4 Segurança e meio ambiente

- Cumprimento das normas NR-10 (instalações elétricas), NR-35 (trabalho em altura), NR-12 (máquinas e equipamentos);
- Implantação da logística reversa dos resíduos (Lei 12.305/2010);
- Separação, armazenamento e transporte adequados de resíduos metálicos e plásticos.





9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Etapa	Descrição	Prazo (dias corridos)	Peso (%)
1	Mobilização, planejamento, entrega de materiais	10	10%
2	Retirada de luminárias existentes nas vias contempladas	20	20%
3	Instalação das luminárias LED nas vias previstas	30	30%
4	Finalização das instalações, testes, medições finais	20	25%
5	Relatório final, aceitação, documentação de resíduos	10	15%

Prazo total estimado: **90 (noventa) dias corridos** a partir da emissão da Ordem de Serviço.

10. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- A medição será mensal ou por etapa conforme cronograma.
- Será exigido relatório técnico, fotografias, quantificação das luminárias instaladas, emissão de ART, nota fiscal.
- Pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após aprovação da medição pela SEMSU.
- Serviços não conformes serão excluídos da medição e deverão ser refeitos sem ônus para a Administração.

Dotação Orçamentária Programática Fonte Descrição 05.001.15.752.0053.2.062.
Manutenção da rede de iluminação publica.

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA- Red. 51

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada, como executora dos serviços, deverá cumprir integralmente as obrigações técnicas, administrativas, de segurança e ambientais a seguir:

11.1 Obrigações técnicas e operacionais

1. **Executar os serviços de acordo com as normas da ABNT** (NBR 5101, NBR 5410, NBR 15129), observando os projetos e orientações da fiscalização;
2. **Designar engenheiro eletricista responsável técnico** com registro ativo no CREA/RO e emissão de ART específica para o contrato;
3. **Disponibilizar equipe qualificada**, composta por eletricitas e auxiliares com certificação NR-10 (segurança em instalações elétricas) e NR-35 (trabalho em altura);
4. **Fornecer e manter operacionais todos os equipamentos**, veículos, ferramentas e EPIs/EPCs necessários, incluindo caminhão munck, plataforma aérea e instrumentos de medição;
5. **Manter a limpeza e organização das frentes de trabalho**, sinalizando adequadamente os locais e garantindo segurança de pedestres e veículos;
6. **Executar testes e medições finais** em todas as luminárias instaladas, comprovando conformidade com as especificações técnicas (fluxo luminoso, fator de potência, THD, IP, IK, eficiência etc.);
7. **Substituir sem ônus** quaisquer componentes instalados que apresentem defeitos, falhas ou não conformidade durante o período de garantia;
8. **Emitir relatórios fotográficos e técnicos** por etapa, contendo coordenadas geográficas, quantidades e número de série das luminárias;





9. **Cumprir integralmente as normas de segurança**, mantendo os certificados de capacitação dos trabalhadores disponíveis à fiscalização;

10. **Realizar o descarte e destinação ambientalmente adequada** das luminárias e materiais substituídos, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (SEMSU)

- Fornecer os materiais especificados;
- Fiscalizar e atestar os serviços;
- Providenciar autorizações para mobilização nas vias municipais;
- Realizar os pagamentos dentro do prazo.

13. GARANTIA E MANUTENÇÃO

A contratada garante os serviços por no mínimo 12 (doze) meses após o recebimento definitivo, assumindo, sem ônus, a reparação de eventuais defeitos ou falhas decorrentes da execução.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, com previsão de prorrogação por períodos sucessivos, quando comprovada sua vantagem para a Administração e devidamente justificada, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária.

Garantia de continuidade de serviço essencial
Atende à natureza contínua da iluminação pública.

15. PRAZO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO/ENTREGA

Os serviços serão prestados de forma contínua e sob demanda, mediante **Ordens de Serviço**, nas seguintes condições:

Tipo de Atendimento	Descrição	Prazo
Emergencial	Pontos apagados em escolas, unidades de saúde, avenidas e áreas de risco	até 24h
Corretivo geral	Manutenções simples em postes por falha de elementos	até 72h
Implantações	Novos pontos conforme planejamento da SEMSU	conforme cronograma aprovado

16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratada deverá comprovar:

Capacidade técnica

- Acervo técnico com **ART** compatível ao objeto contratual
- Profissionais e eletricitas com:
 - **NR-10** (Instalações elétricas)





- **NR-35** (Trabalho em altura)

Equipamentos obrigatórios

- Caminhão munck ou cesto aéreo regulamentado pelo **INMETRO**
- Multímetro, alicate amperímetro, escada isolada
- EPIs com CA válido

Atendimento operacional

- Equipes suficientes para garantir a execução dos prazos
- Linha de atendimento 24h via WhatsApp corporativo

16.1 Subcontratação

É **vedada** a subcontratação da execução do objeto.
(Art. 121, Lei 14.133/21)

17. FORMA DE CONTATO COM A EMPRESA:

A comunicação ocorrerá:

Oficial — e-mail institucional

Operacional — telefone/celular

Resposta imediata — WhatsApp corporativo

Todos os atendimentos devem gerar **registro formal** com:

- Data e horário da solicitação
- Número do ponto atendido
- Fotos do antes e depois
- Descrição do serviço executado

Esses registros comporão as **medições para pagamento**

18. Modelo de Gestão do Contrato

A gestão prioriza:

- ✓ Transparência
- ✓ Eficiência
- ✓ Rastreabilidade de todas as ações

Medidas adotadas:

- Reunião inicial com apresentação do **Plano de Fiscalização**
- Anotações formais no histórico de gerenciamento do contrato
- Todas as paralisações serão documentadas e prorrogadas automaticamente





Comunicações sempre rastreáveis para evitar litígios

18.1 GARANTIA CONTRATUAL

Dispensada, **em razão do baixo risco** e da natureza recorrente do objeto, conforme arts. 96 a 103 da Lei 14.133/21.
seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

18.2 Fiscalização Técnica

Competências (Art. 117, Lei 14.133/21):

- Verificar qualidade técnica e segurança da execução
- Registrar e comprovar cada irregularidade observada
- Recomendar correções e prazos
- Informar situações com risco de atraso
- Instruir relatório final de entrega

Fiscal será designado via Portaria

18.3 Fiscalização Administrativa

Atua em:

- Regularidade documental
- Aditivos e apostilamentos
- Notificações administrativas

18.4 Gestão do Contrato

Gestora:

Leidiane Vieira dos Santos

contratos.atas@riocrespo.ro.gov.br

Responsável por:

- Coordenar registros e fiscalizações
- Validar medições e desempenho
- Recomendar melhoria contínua da execução
- Instaurar processo de responsabilização quando necessário

19. Penalidades

Conforme arts. 155 a 159 da Lei 14.133/21:

Ocorrência	Penalidade
Atraso injustificado	Multa diária: 0,5%
Inexecução parcial	Multa: 5% do valor total
Reincidência ou fraude	Suspensão até 2 anos





Ocorrência	Penalidade
Grave lesão ao interesse público	Declaração de inidoneidade

20. Julgamento e Seleção

- **Pregão Eletrônico**
- Critério: **Menor preço global**
- Via **Sistema de Registro de Preços – SRP**

21. Estimativa de Custos

Baseada em:

- Painel de Preços
- Contratações similares
- Pesquisas junto a fornecedores
- Quadro de composição de custos

A Administração adotará sempre o melhor preço comprovado

22. Realização do Pregão

Publicação no **Licitanet**

Prazo de 10 dias úteis

Fases:

I – Divulgação

II – Propostas

III – Lances

IV – Habilitação

V – Recurso

VI – Adjudicação

VII – Homologação

VIII – ARP + Contrato

23. Documentos Complementares

- DFD — *Formalização da Demanda* (ID)
- ETP — *Estudo Técnico Preliminar* (ID)
- Planilhas e mapas de pontos atendidos
- Quadro atualizado de iluminação pública do município

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Referência foi elaborado com base em modelos e termos em municípios que já contrataram serviços semelhantes (. g., Santa Fé do Sul-SP santafedosul.sp.gov.br, Registro-SP Registro SP) e adaptado à realidade do Município de Rio Crespo/RO,





atendendo aos princípios da Lei 14.133/2021.
A participação na licitação implica aceitação integral deste documento, do edital correspondente e dos seus anexos

CONCLUSÃO

Este Termo de Referência demonstra a motivação, necessidade, viabilidade econômica e base legal da contratação, assegurando continuidade dos serviços essenciais à população, proteção dos recursos públicos e fortalecimento da segurança urbana e bem-estar social.

Elaborado por:

Erika dos Santos de Faria Araújo
Agente Administrativo
Matricula nº1955

Revisado e autorizado por:

EDERSON PEREIRA DE CAMPOS
Secretário Municipal de Serviços Urbanos
Portaria nº5035

Rio Crespo/RO, 11 de dezembro de 2025.







Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41
Av. Joaquim Pedro Sobrinho
www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Projeto Básico	6	11/12/2025

ID:	118461	Processo	Documento
CRC:	FC120C31		
Processo:	1-649/2025		
Usuário:	ERIKA DOS SANTOS DE FARIA ARAUJO		
Criação:	11/12/2025 17:47:18	Finalização:	11/12/2025 17:47:18

MD5:	A56FDC3B604F81D43FB6CF1C5FB197FA
SHA256:	FC76CE1F59627CBDF4D0A29306BD734530C34FDF7BB0AD7DF8FF4FA555EB7FE

Súmula/Objeto:

TR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ILUMINAÇÃO PUBLICA

INTERESSADOS

EDERSON LOPES PEREIRA	Rio Crespo	RO	11/12/2025 17:47:18
-----------------------	------------	----	---------------------

ASSUNTOS

SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	11/12/2025 17:47:18
---	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



ERIKA DOS SANTOS DE FARIA ARAUJO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11/12/2025 17:48:07

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.



EDERSON PEREIRA DE CAMPOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS
URBANOS

12/12/2025 09:30:35

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.riocrespo.ro.gov.br informando o ID 118461 e o CRC FC120C31.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Departamento de CPL"



ANEXOII PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 649/2025

MODELO

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na **execução de serviços técnicos de engenharia elétrica**, destinados à **implantação, substituição, retirada e manutenção de iluminação pública em tecnologia LED, sem fornecimento de materiais**, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Execução de serviços de iluminação pública em LED (conforme TR)	Unidade / Serviço	Conforme demanda		

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA PROPOSTA (R\$): _____

Os valores unitários e totais da proposta deverão ser preenchidos preferencialmente em **algarismos e por extenso**, para cada item cotado.

Valor total da proposta por extenso: _____

Prazo de validade da proposta: _____ (_____) dias.

Todos os valores deverão estar expressos em **moeda corrente nacional (R\$)**, com no máximo duas casas decimais, **já incluídos todos os custos diretos e indiretos**, tais como mão de obra, equipamentos, ferramentas, veículos, EPIs/EPCs, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, deslocamentos e quaisquer outras despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

(Incluir as demais declarações e exigências previstas no Edital e no Termo de Referência.)

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefones: _____

E-mail: _____

E-mail (para recebimento de empenho e pedidos): _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

Nome do representante legal para assinatura do contrato: _____

CPF: _____

RG: _____

Domicílio e cargo na empresa _____

Profissão: _____

Local/Data: _____

Assinatura do Representante



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



ANEXO III PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 649/2025

Modelo de declaração UNIFICADA:

ME ou EPP; Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (conforme Lei nº. 14.133/21); não emprega menor e Inexistência do Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração. (Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo). Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

- Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06.
- Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e Cumpre Plenamente Todos os Requisitos de Habilitação exigidos pelo Edital, nos termos da Lei nº 14.133/21.
- Declaramos para os fins do disposto no para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaração de que os proprietários, sócios e gerentes das empresas participantes não são servidores públicos.

A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21

(Local e Data)

(Responsável legal e assinatura)



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de CPL”



ANEXO IV PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 649/2025

DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº ____/2026**, declara, sob as penas da lei, que:

1. Possui **plena capacidade técnica, operacional e financeira** para executar os **serviços técnicos de engenharia elétrica relativos à iluminação pública em tecnologia LED**, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;
2. Os **preços propostos são exequíveis**, compatíveis com o mercado e suficientes para cobrir todos os custos diretos e indiretos envolvidos na execução dos serviços;
3. Assume **inteira responsabilidade** pela execução dos serviços nas condições ofertadas, garantindo o atendimento integral às exigências técnicas, legais e de segurança do trabalho;
4. Compromete-se, caso solicitado pela Administração, a apresentar **documentação comprobatória da exequibilidade da proposta**, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.461/2023, podendo esta comprovação se dar, entre outros meios, por:
 - planilha detalhada de custos e formação de preços;
 - demonstração de metodologia de execução;
 - comprovação de condições favoráveis de obtenção de mão de obra, equipamentos ou insumos;
 - demais provas admitidas em direito.

Declara, por fim, estar ciente de que a apresentação de proposta **inexequível** poderá acarretar **desclassificação**, aplicação de **sanções administrativas** e demais penalidades previstas na legislação vigente.

Local e Data: _____

Nome e Assinatura do Representante Legal

(Identificação e cargo)



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0xx/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 649/2025

Minuta da Ata de Registro de Preços nº ____/2026

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA
E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED, CELEBRADA
ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO/RO E A
EMPRESA _____.**

O Município de Rio Crespo-RO, adiante denominado **Órgão Gerenciador**, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, e demais legislação aplicável, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº **63.761.977/0001-41**, com sede administrativa na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, Rio Crespo/RO, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **ÉDER DA SILVA**, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, oriunda do Pregão Eletrônico nº ____/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Município de Rio Crespo-RO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 63.761.977/0001-41, com sede na Rua Ermelindo Milane, nº 1040, Centro, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal Sr. Eder da Silva.

FORNECEDOR(ES):

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n._____, com sede

_____, _____, _____, neste ato representada
por _____ seu

_____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n._____, portador da Cédula de Identidade n._____, expedida pela _____, residente e domiciliado _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação** de empresa especializada na execução de serviços técnicos de





engenharia elétrica voltados à:

- instalação de luminárias públicas LED;
- substituição e retirada de luminárias existentes;
- manutenção corretiva e preventiva;
- descarte ambientalmente adequado de equipamentos inservíveis;
- atendimento sob demanda mediante Ordens de Serviço, conforme especificações constantes no Termo de Referência do Processo Administrativo nº 649/2025.

1.2. O registro de preços não obriga a Administração à contratação integral, sendo executado conforme necessidade e disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. A presente Ata é firmada no âmbito do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, visando ao registro formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços técnicos de engenharia elétrica voltados à instalação, substituição, manutenção e demais intervenções em sistemas de iluminação pública com tecnologia LED, a serem executados conforme a demanda da Administração Municipal.

2.2. As contratações decorrentes desta Ata ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade do Município, e serão formalizadas mediante:

I – celebração de contrato administrativo específico, quando a complexidade, prazo ou vulto da execução assim exigir; ou

II – emissão de Ordem de Serviço, Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho, nos termos admitidos pela legislação vigente e pelo edital do certame.

2.3. Os quantitativos constantes do Termo de Referência e desta Ata possuem caráter **meramente estimativo**, destinando-se exclusivamente à formação de preços e ao planejamento administrativo, não constituindo compromisso de contratação mínima ou integral por parte da Administração.

2.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, período durante o qual os preços registrados poderão ser utilizados pela Administração Municipal, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária.

3.2. A prorrogação da vigência poderá ocorrer, excepcionalmente, desde que comprovado o interesse público, a vantajosidade da manutenção dos preços registrados e observados os limites e condições previstos na legislação aplicável e nos regulamentos municipais.

3.3. A vigência da Ata não se confunde com a vigência dos contratos dela decorrentes, os quais poderão possuir prazos próprios, inclusive ultrapassando o período de validade desta Ata, desde que celebrados durante sua vigência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados correspondem aos valores ofertados pela licitante vencedora no **Pregão Eletrônico nº ____/2026 – Sistema de Registro de Preços**, conforme tabela constante do Anexo desta Ata, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução dos serviços, inclusive:

- mão de obra especializada;
- equipamentos, ferramentas e insumos;
- encargos trabalhistas, previdenciários e tributários;
- transporte, logística e mobilização;





- emissão de ART, EPIs, cumprimento de normas técnicas e ambientais;
- demais despesas inerentes ao objeto contratado.

(Tabela)

4.2. Os preços registrados permanecerão **fixos e irreajustáveis durante o período inicial de 12 (doze) meses**, admitindo-se revisão ou reajuste apenas nas hipóteses legalmente previstas, mediante comprovação formal do desequilíbrio econômico-financeiro ou aplicação de índice previsto no edital, se houver.

4.3. Eventuais revisões de preços deverão ser precedidas de processo administrativo específico, com demonstração analítica da variação dos custos e manifestação técnica da Administração quanto à manutenção da vantajosidade do registro.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços objeto desta Ata serão executados de forma parcelada e conforme a demanda da Administração Municipal, mediante prévia emissão de **Ordem de Serviço, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente**, expedido pelo órgão competente, contendo a descrição dos serviços, local de execução, prazos, quantitativos e demais condições operacionais.

5.2. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os prazos operacionais definidos pela Administração, especialmente:

I – atendimentos emergenciais: início da execução no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas** após a solicitação formal;

II – atendimentos corretivos ordinários: início da execução no prazo máximo de até **72 (setenta e duas) horas** após a solicitação;

III – serviços programados ou de implantação: execução conforme cronograma previamente aprovado pela fiscalização competente.

5.3. A cada execução de serviço deverão ser apresentados, obrigatoriamente:

I – relatório técnico detalhado contendo descrição dos serviços executados, materiais empregados, local da intervenção e eventuais ocorrências;

II – registro fotográfico comprobatório das condições anteriores e posteriores à execução;

III – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou documento equivalente emitido pelo profissional habilitado, quando exigido pela legislação profissional e pelas normas técnicas aplicáveis.

5.4. A contratada deverá observar integralmente as normas técnicas aplicáveis ao setor elétrico, segurança do trabalho, legislação ambiental e demais regulamentações pertinentes à execução de serviços em sistemas de iluminação pública.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA REGISTRADA

6.1. Constituem obrigações da fornecedora registrada, sem prejuízo das demais previstas no edital, Termo de Referência e legislação aplicável:

I – manter responsável técnico devidamente habilitado, com registro ativo no CREA ou conselho profissional competente, durante toda a execução dos serviços;

II – cumprir rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho aplicáveis, especialmente NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura), bem como demais normas técnicas correlatas;

III – disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, veículos, materiais, EPIs e EPCs necessários à adequada execução dos serviços;

IV – promover o descarte ambientalmente adequado de materiais, luminárias, componentes elétricos e demais resíduos decorrentes dos serviços, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e normas ambientais aplicáveis;

V – manter, durante toda a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, todas as





condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

VI – responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e ambientais decorrentes da execução dos serviços;

VII – reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas e no prazo determinado pela Administração, quaisquer serviços executados com falhas, vícios ou em desconformidade com as especificações técnicas;

VIII – abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto sem prévia e expressa autorização da Administração, quando admitida no edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

7.1. Compete ao Município, na qualidade de órgão gerenciador da Ata:

I – emitir Ordens de Serviço ou instrumentos equivalentes contendo as especificações necessárias à execução dos serviços;

II – acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução contratual, por intermédio de servidor ou comissão formalmente designada;

III – atestar a execução dos serviços mediante conferência dos relatórios técnicos, registros fotográficos, medições e demais documentos exigidos;

IV – efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos no edital, contrato ou instrumento equivalente, após regular liquidação da despesa;

V – comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua regularização;

VI – aplicar sanções administrativas quando constatado descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

VII – manter os registros administrativos necessários à gestão da Ata, incluindo controle de quantitativos, vigência e desempenho do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento pelos serviços efetivamente executados decorrentes desta Ata será realizado em moeda corrente nacional, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento definitivo da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal designado, conforme disposições do Termo de Referência, contrato ou Ordem de Serviço correspondente.

8.2. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Nota fiscal eletrônica/fatura discriminativa, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, a ser encaminhada ao e-mail: **almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br**;

b) Certidão Negativa de Débitos relativa às contribuições previdenciárias e tributos federais (INSS/Receita Federal);

c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

d) Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

f) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

8.3. O arquivo XML correspondente à Nota Fiscal Eletrônica deverá ser obrigatoriamente encaminhado para o e-mail: **rcpatrimonioalmoxarifado@gmail.com** ou **almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br**, como condição para processamento do pagamento.

8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, inconsistência na documentação exigida ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, inclusive pendência decorrente de penalidade ou inadimplência contratual, o pagamento ficará suspenso até a regularização pela contratada, reiniciando-se a contagem do prazo após a efetiva correção, sem ônus para a Administração.

8.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do órgão ou entidade contratante responsável pela Ordem de Serviço ou contrato decorrente desta Ata, observadas as especificações





constantes da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.

8.6. Em observância à **Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023** e ao **Decreto Municipal nº 2.072/2024**, o Município de Rio Crespo/RO é titular da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas contratadas, devendo ser efetuadas as retenções tributárias cabíveis conforme regulamentação municipal vigente.

8.7. Considera-se, para fins de pagamento, a data da entrega da Ordem Bancária à instituição financeira responsável.

8.8. A apresentação de nota fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação exigida implicará sua devolução para regularização, sendo o prazo de pagamento contado a partir da reapresentação válida do documento.

8.9. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada conforme índice legal aplicável, considerando o período entre a data prevista para pagamento e a efetiva quitação.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DA ATA, FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES E CADASTRO RESERVA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

9.1.1. A vigência dos contratos decorrentes desta Ata será estabelecida no respectivo instrumento contratual ou documento equivalente, devendo observar, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários disponíveis, bem como a compatibilidade com o Plano Plurianual, quando ultrapassar um exercício financeiro.

9.1.2. Na formalização de cada contratação deverá constar a indicação da respectiva dotação orçamentária, previamente à emissão da Nota de Empenho ou assinatura do contrato.

9.2. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas pelo órgão ou entidade interessada mediante:

I – instrumento contratual específico;

II – emissão de Nota de Empenho;

III – Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço; ou

IV – outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1. A formalização da contratação deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta Ata.

9.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal e preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

9.4. Após a homologação da licitação, serão observadas as seguintes condições para formalização desta Ata:

I – serão registrados os preços e quantitativos do adjudicatário, respeitada a possibilidade de oferta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

II – será incluído, como anexo da Ata, cadastro de reserva contendo os licitantes que:

a) aceitarem cotar os serviços pelos mesmos preços do adjudicatário, observada a ordem de classificação;

b) mantiverem sua proposta original.

9.4.1. Nas contratações decorrentes desta Ata será respeitada a ordem de classificação dos fornecedores registrados.





9.5. O cadastro de reserva tem por finalidade assegurar continuidade do atendimento caso o fornecedor registrado:

- I – não assine a Ata no prazo estabelecido;
- II – tenha o registro cancelado;
- III – não possa executar o objeto nas condições pactuadas.

9.6. Para fins de ordem de classificação no cadastro de reserva:

- I – terão prioridade os licitantes que aceitarem igualar seus preços ao do adjudicatário;
- II – posteriormente, aqueles que mantiverem suas propostas originais.

9.7. A habilitação dos fornecedores integrantes do cadastro de reserva será exigida somente quando houver necessidade de sua convocação para contratação.

9.8. Os preços registrados, com indicação dos fornecedores, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e permanecerão disponíveis durante toda a vigência desta Ata.

9.9. O adjudicatário será convocado para assinatura da Ata no prazo e nas condições estabelecidos no edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.10. A Ata poderá ser assinada por meio físico ou eletrônico, inclusive assinatura digital, e será disponibilizada nos sistemas oficiais de transparência e gestão de contratações públicas.

9.11. Caso o fornecedor convocado não assine a Ata no prazo estipulado, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para assinatura nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.12. Não havendo aceitação pelos licitantes remanescentes nas condições originalmente propostas, a Administração poderá:

- I – negociar melhores condições com os demais classificados; ou
- II – adjudicar e formalizar contratação com licitante remanescente, respeitada a ordem classificatória e a vantajosidade para a Administração.

9.13. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, desde que devidamente justificada a conveniência administrativa e assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

9.14. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento licitatório, na condição de órgão não participante ("carona"), mediante prévia autorização do órgão gerenciador e concordância formal da fornecedora registrada, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e demais normas aplicáveis.

9.14.1. O pedido de adesão deverá ser formalizado pelo órgão interessado e instruído, no mínimo, com:

- I – justificativa da necessidade da contratação;
- II – demonstração da vantajosidade da adesão em relação à realização de novo procedimento licitatório;
- III – comprovação de compatibilidade do objeto com aquele registrado nesta Ata;
- IV – indicação da dotação orçamentária própria;
- V – estimativa de quantitativos pretendidos.





9.14.2. Compete ao órgão gerenciador:

- I – verificar a existência de saldo disponível na Ata;
- II – avaliar a conveniência administrativa da adesão;
- III – consultar a fornecedora registrada quanto ao interesse e capacidade de atendimento;
- IV – autorizar formalmente a adesão, quando atendidos os requisitos legais.

9.14.3. A fornecedora registrada poderá recusar a adesão, desde que apresente justificativa fundamentada, especialmente quando houver risco de prejuízo às obrigações previamente assumidas com o órgão gerenciador e participantes originais.

9.14.4. Os quantitativos decorrentes das adesões deverão observar os limites legais e regulamentares vigentes, bem como não poderão comprometer o atendimento das demandas do órgão gerenciador.

9.14.5. Caberá ao órgão aderente a formalização da contratação, a gestão do contrato, a fiscalização da execução, o pagamento e a aplicação de eventuais sanções administrativas.

9.14.6. A adesão não implicará alteração das condições originalmente registradas nesta Ata, especialmente quanto a preços, prazos, especificações técnicas e obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro de preços poderá ser cancelado, total ou parcialmente, durante sua vigência, nas seguintes hipóteses:

- I – por iniciativa da Administração, devidamente motivada, quando presente interesse público superveniente, razões de conveniência e oportunidade ou fato que comprometa a vantajosidade do registro;
- II – pelo descumprimento das condições da Ata, do edital ou dos contratos dela decorrentes, incluindo atraso injustificado, execução inadequada dos serviços, não manutenção das condições de habilitação ou aplicação de penalidades administrativas;
- III – a pedido da fornecedora registrada, mediante solicitação formal devidamente justificada e comprovada, desde que não prejudique o interesse público e seja aceita pela Administração;
- IV – por ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados que impeçam a execução do objeto.

10.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando aplicável.

10.3. O cancelamento do registro não prejudica eventuais contratos já firmados, que permanecerão regidos por suas cláusulas próprias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços, no edital, no Termo de Referência ou nos contratos dela decorrentes, bem como a prática de quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitará a fornecedora registrada às sanções administrativas previstas na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

11.2. Poderão ser aplicadas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa administrativa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3. Das Multas

11.3.1. A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades, observada a gravidade da infração, a extensão do dano, eventual reincidência e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, nos seguintes termos:

- a) **multa moratória** de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado na





execução do objeto, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 20 (vinte) dias, após o qual poderá ser caracterizada inexecução parcial ou total, a critério da Administração;

b) **multa compensatória de até 10% (dez por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida ou do contrato, nos casos de inexecução parcial, descumprimento de cláusulas contratuais, falhas na execução ou outras infrações administrativas;

c) **multa compensatória de até 20% (vinte por cento)** sobre o valor total contratado, nos casos de inexecução total do objeto ou descumprimento grave das obrigações assumidas.

11.4. Impedimento de Licitar e Contratar

A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que houver aplicado a penalidade poderá ser imposta pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, nos casos previstos nos incisos II a VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave.

11.5. Declaração de Inidoneidade

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderá ser aplicada nas hipóteses previstas nos incisos VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como em situações de infrações graves que justifiquem a aplicação da penalidade mais severa, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme legislação vigente.

11.6. Cumulação das Penalidades

As penalidades previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível, observadas as circunstâncias do caso concreto, a gravidade da infração e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

11.7. Recusa na Formalização Contratual

A recusa injustificada do adjudicatário ou fornecedor registrado em assinar a Ata, contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas nesta cláusula, sem prejuízo de eventual perda da garantia de proposta, quando exigida.

11.8. Comunicações e Notificações

As comunicações relativas a notificações, sanções administrativas ou demais atos decorrentes desta Ata poderão ser realizadas por meio eletrônico, utilizando os endereços informados pela fornecedora ou constantes dos cadastros oficiais, sendo de sua responsabilidade mantê-los atualizados.

11.8.1. Considerar-se-á realizada a comunicação eletrônica após o decurso de até 10 (dez) dias úteis contados do envio, salvo confirmação anterior de recebimento.

11.9. Registro das Penalidades

As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas oficiais de cadastramento de fornecedores, inclusive SICAF, CEIS, CNEP ou outros sistemas que venham a substituí-los, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

12.1. As partes comprometem-se a observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como demais normas aplicáveis relativas à proteção de dados pessoais, adotando todas as medidas técnicas, administrativas e organizacionais necessárias para garantir a segurança, a confidencialidade, a integridade e a legalidade do tratamento de dados pessoais eventualmente acessados ou





tratados em decorrência desta Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

12.2. A fornecedora registrada obriga-se a utilizar os dados pessoais exclusivamente para a execução do objeto desta Ata e dos instrumentos contratuais dela decorrentes, sendo vedado o uso para finalidade diversa, a divulgação indevida, o compartilhamento com terceiros não autorizados ou qualquer forma de tratamento incompatível com as disposições legais.

12.3. A fornecedora deverá implementar políticas internas, controles de segurança da informação, procedimentos de governança e mecanismos de prevenção aptos a evitar incidentes de segurança, vazamentos, acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais.

12.4. Caso ocorra incidente de segurança envolvendo dados pessoais relacionados à execução desta Ata ou dos contratos dela decorrentes, a fornecedora deverá comunicar formalmente à Administração Municipal imediatamente após a ciência do fato, apresentando, no mínimo:

I – descrição da natureza dos dados afetados;

II – identificação dos titulares envolvidos, quando possível;

III – indicação das medidas técnicas e administrativas adotadas para contenção do incidente;

IV – avaliação preliminar dos riscos e impactos;

V – providências adotadas para mitigação e prevenção de novos incidentes.

12.5. A fornecedora responderá integralmente por eventuais danos, prejuízos, sanções administrativas ou condenações decorrentes de tratamento inadequado de dados pessoais realizado por si, seus empregados, prepostos, subcontratados ou terceiros sob sua responsabilidade, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais cabíveis.

12.6. O dever de sigilo e confidencialidade previsto nesta cláusula subsistirá mesmo após o encerramento da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, enquanto perdurar a necessidade de proteção dos dados pessoais tratados.

12.7. Eventual subcontratação que envolva tratamento de dados pessoais somente poderá ocorrer mediante prévia anuência da Administração e desde que o terceiro assuma formalmente as mesmas obrigações previstas nesta cláusula, permanecendo a fornecedora como responsável principal perante a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

12.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, bem como no Diário Oficial ou meio oficial equivalente utilizado pelo Município, em conformidade com o art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. A publicidade do instrumento constitui condição de eficácia da Ata e visa assegurar transparência, controle social e regularidade das contratações públicas dela decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta Ata de Registro de Preços, que não possam ser resolvidas administrativamente, fica eleito o foro da **Comarca de Ariquemes/RO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio Crespo-RO, XX de XXXX de XXXX

CONTRATANTE

CONTRATADA





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Lei de Criação N.º 376/1992 - 13/02/92".
"Secretaria Municipal de Gestão Pública e Planejamento"
"Departamento de Compras, Licitações e Contratos"
E-mail contratos.atas@riocrespo.ro.gov.br



TESTEMUNHAS

1. Nome: _____ – CPF: _____
2. Nome: _____ – CPF: _____







Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41
Av. Joaquim Pedro Sobrinho
www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta	DA ATA REGISTRO DE PREÇO	09/02/2026
ID: 125684	Processo	Documento
CRC: 15AE4343		
Processo: 1-649/2025		
Usuário: LEIDIANE VIEIRA DOS SANTOS		
Criação: 09/02/2026 12:52:11	Finalização: 09/02/2026 12:55:37	

MD5: **EE3F241660CBE317B17323574174AAB0**

SHA256: **9879F2E25F6CF09CB655B43280FC2C4D7D56481C4E0D2B93F52EFD7D78F2D1B5**

Súmula/Objeto:

MINUTA DA ATA

INTERESSADOS

EDERSON PEREIRA DE CAMPOS	Rio Crespo	RO	09/02/2026 12:52:11
---------------------------	------------	----	---------------------

ASSUNTOS

SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	09/02/2026 12:52:11
---	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



LEIDIANE VIEIRA DOS SANTOS

GESTOR DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
CONVÊNIO E ACO

09/02/2026 12:56:00

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.riocrespo.ro.gov.br informando o ID 125684 e o CRC 15AE4343.



MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 649/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025

O CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO/RO E A EMPRESA _____

O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 63.761.977/0001-41, com sede administrativa na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, Rio Crespo/RO, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ÉDER DA SILVA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal ****, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, oriundo do Pregão Eletrônico nº ____/2026 – Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a execução de serviços técnicos especializados de engenharia elétrica destinados à implantação, substituição, retirada e manutenção de luminárias públicas em tecnologia LED, sem fornecimento de materiais, os quais serão disponibilizados pela Administração Municipal, conforme especificações do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, todos integrantes do Processo Administrativo nº 649/2025.

1.2. Os serviços compreendem, dentre outros:

- I – instalação de luminárias LED, relês fotoelétricos, braços, cabos e conectores;
- II – retirada e substituição de luminárias existentes, com descarte ambientalmente adequado;





- III – reparos e adequações elétricas em sistemas de baixa tensão;
- IV – testes, medições elétricas e emissão de laudos técnicos;
- V – execução conforme normas técnicas da ABNT (NBR 5101, NBR 5410 e NBR 15129) e normas de segurança NR-10, NR-12 e NR-35.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços nº ____/2026, os quais constituem o limite máximo para fins de medição e pagamento.

2.2. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, em conformidade com o Sistema de Registro de Preços, mediante a emissão prévia de Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSU, que definirá, conforme a necessidade administrativa:

- I – o tipo de serviço a ser executado;
- II – o quantitativo estimado;
- III – o local de execução;
- IV – o prazo para início e conclusão.

2.3. A CONTRATADA somente poderá iniciar a execução dos serviços após o recebimento formal da Ordem de Serviço, ficando vedada a execução sem autorização expressa da Administração.

2.4. O pagamento estará condicionado à execução efetiva dos serviços, devidamente comprovada por medição, relatório técnico, registro fotográfico e atesto da fiscalização, não gerando a assinatura deste contrato qualquer direito à execução mínima ou garantia de quantitativos previamente estimados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor máximo estimado do presente contrato é de R\$ _____ (_____), constituindo **limite financeiro para eventual execução**, sem caracterizar obrigação de consumo total ou parcial pela Administração, sendo o pagamento devido **apenas pelos serviços efetivamente prestados**, medidos e atestados, conforme preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços nº ____/2026 e respeitada a dotação orçamentária vigente.





3.2. Os preços unitários registrados e praticados neste contrato são fixos e irrevogáveis, salvo nas hipóteses legalmente admitidas, e abrangem todos os custos diretos e indiretos necessários à completa, adequada e segura execução do objeto, incluindo, sem se limitar a:

I – fornecimento de mão de obra técnica e operacional especializada, devidamente capacitada e habilitada;

II – equipamentos, ferramentas, veículos, plataformas aéreas, instrumentos de medição e demais meios necessários à execução dos serviços;

III – fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), em conformidade com as normas de segurança do trabalho;

IV – encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e tributários, de qualquer natureza;

V – emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quando aplicável, bem como o atendimento a todas as exigências legais, normativas e regulamentares pertinentes.

3.3. Nenhum pagamento será devido à CONTRATADA por serviços não executados, executados sem autorização formal ou em desacordo com as Ordens de Serviço, com as especificações técnicas, ou sem o devido atesto da fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

4.1. O recebimento dos serviços ocorrerá em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante recebimento provisório e recebimento definitivo, após verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência e nas Ordens de Serviço, mediante atesto formal da fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSU.

4.2. O recebimento provisório será formalizado após a conclusão de cada etapa ou período de execução, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de relatório técnico, registro fotográfico, medições quantitativas e documentação exigida, ficando o recebimento definitivo condicionado à correção de eventuais pendências apontadas pela fiscalização.

4.3. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da





nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização, acompanhada da documentação comprobatória da execução dos serviços, observada a regularidade fiscal da CONTRATADA e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

4.4. Não serão pagos serviços executados sem a correspondente Ordem de Serviço, em desacordo com as especificações técnicas, ou que não tenham sido devidamente atestados pela fiscalização.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração, vantajosidade devidamente justificada e disponibilidade orçamentária.

5.2. A vigência deste contrato não se confunde com a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo certo que a execução dos serviços ficará condicionada à emissão de Ordens de Serviço durante a vigência contratual e à existência de saldo orçamentário.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados de forma contínua e sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço, observados os seguintes prazos máximos para início da execução, contados do recebimento da respectiva ordem:

I – atendimentos emergenciais, compreendendo situações que envolvam risco à segurança pública, unidades de saúde, escolas, vias arteriais e locais estratégicos: até 24 (vinte e quatro) horas;

II – serviços corretivos ordinários, relativos à manutenção e correção de falhas em pontos de iluminação pública: até 72 (setenta e duas) horas;

III – serviços programados, relativos à implantação, substituição ou adequações planejadas: conforme cronograma previamente aprovado pela fiscalização da SEMSU.

6.2. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as especificações técnicas do Termo de Referência, as normas da ABNT, as normas de segurança do trabalho e as orientações da fiscalização, sendo vedada qualquer execução sem autorização formal.

6.3. A CONTRATADA deverá apresentar, a cada execução ou etapa concluída, como





condição para medição e pagamento:

- I – relatório técnico detalhado, descrevendo os serviços realizados, quantitativos, local de execução e eventuais ocorrências;
- II – registro fotográfico do antes e depois, devidamente identificado;
- III – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida por profissional legalmente habilitado, quando exigível;
- IV – demais documentos técnicos eventualmente solicitados pela fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além daquelas previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável:

- I – manter responsável técnico engenheiro eletricista, com registro ativo no CREA/RO, durante toda a execução contratual, respondendo tecnicamente pelos serviços executados;
- II – executar os serviços em estrita conformidade com as normas técnicas da ABNT (NBR 5101, NBR 5410, NBR 15129), com as normas regulamentadoras NR-10, NR-12 e NR-35, e demais normas de segurança do trabalho;
- III – disponibilizar mão de obra qualificada, bem como todos os equipamentos, ferramentas, veículos, plataformas aéreas, instrumentos de medição e EPIs/EPCs necessários à perfeita execução dos serviços;
- IV – realizar o descarte, destinação ou logística reversa dos materiais retirados, de forma ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010 e demais normas ambientais aplicáveis;
- V – assumir integral responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários decorrentes da execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo entre seus empregados e o CONTRATANTE;
- VI – corrigir, às suas expensas e dentro do prazo fixado pela fiscalização, quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contratuais, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- VII – manter comunicação permanente com a fiscalização, prestando todas as informações solicitadas e atendendo prontamente às determinações técnicas.





CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Compete ao CONTRATANTE, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSU:

I – emitir as Ordens de Serviço, definindo o objeto, local, prazo e condições de execução;

II – acompanhar, fiscalizar e controlar a execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

III – atestar os serviços executados, após verificação da conformidade técnica e documental;

IV – efetuar os pagamentos devidos, após regular liquidação da despesa e observada a disponibilidade orçamentária e financeira;

V – aplicar as sanções administrativas, quando cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

VI – fornecer os materiais elétricos previstos no Termo de Referência, quando aplicável, bem como as autorizações necessárias para a execução dos serviços nas vias públicas.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo





aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar, e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ANÁLISE, GESTÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS

10.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, inciso X, e no art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021, as partes reconhecem que o presente contrato foi precedido de Estudo





de Riscos, o qual integra o Processo Administrativo nº 649/2025 e identifica, avalia e classifica os principais riscos associados à execução dos serviços de instalação, substituição e manutenção de iluminação pública em tecnologia LED.

10.2. Os riscos identificados concentram-se, predominantemente, na fase de gestão e execução contratual, destacando-se, dentre outros:

- I – atraso na execução dos serviços, com impacto no cronograma físico-financeiro;
- II – ocorrência de acidentes de trabalho, especialmente relacionados a atividades elétricas e trabalho em altura;
- III – descarte inadequado de luminárias e resíduos elétricos, com potenciais danos ambientais;
- IV – execução de serviços em desconformidade com as normas técnicas exigidas;
- V – ausência ou deficiência de sinalização e isolamento das áreas de trabalho, gerando riscos a pedestres e veículos.

10.3. A gestão dos riscos será realizada de forma contínua durante toda a vigência contratual, cabendo à CONTRATADA a adoção das seguintes medidas preventivas, sem prejuízo de outras previstas no Termo de Referência:

- I – cumprimento rigoroso do cronograma e das Ordens de Serviço emitidas pela SEMSU;
- II – observância integral das normas técnicas da ABNT e das Normas Regulamentadoras NR-10, NR-12 e NR-35;
- III – disponibilização e fiscalização do uso correto de EPIs e EPCs;
- IV – execução dos serviços sob responsabilidade de engenheiro eletricista habilitado, com emissão de ART;
- V – adoção de procedimentos adequados de coleta, transporte e destinação ambientalmente correta dos materiais retirados, nos termos da Lei nº 12.305/2010;
- VI – sinalização, isolamento e organização das frentes de trabalho.

10.4. Compete ao CONTRATANTE, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSU, no âmbito da gestão e fiscalização contratual:

- I – acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, registrando formalmente eventuais não conformidades;
- II – exigir a correção imediata de falhas identificadas, fixando prazos razoáveis para saneamento;
- III – reprovar medições e reter pagamentos relativos a serviços executados em





desacordo com as especificações contratuais;

IV – aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando configurado o inadimplemento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.5. A materialização de qualquer risco identificado no Estudo de Riscos não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, legais e técnicas, nem gera direito a reequilíbrio econômico-financeiro automático, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei e devidamente comprovadas.

10.6. O Estudo de Riscos do Processo nº 649/2025 passa a integrar este contrato para todos os fins, servindo como instrumento orientador da fiscalização, da gestão contratual e da tomada de decisões administrativas, sem prejuízo da adoção de medidas adicionais de mitigação que se mostrarem necessárias ao longo da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste contrato, bem como o atraso injustificado na execução dos serviços ou a inexecução das Ordens de Serviço, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, no edital do certame e na Ata de Registro de Preços, observados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração, e compreenderão, entre outras legalmente previstas:

I – advertência;

II – multa administrativa, nos percentuais e condições definidos no edital e neste contrato;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos da legislação vigente.

11.3. A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais danos causados ao CONTRATANTE, nem da correção das irregularidades constatadas pela fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, nas hipóteses





previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante ato formal e motivado da autoridade competente.

12.2. A rescisão poderá ocorrer por:

- I – iniciativa da Administração, por razões de interesse público devidamente justificadas;
- II – inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais pela CONTRATADA;
- III – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados;
- IV – demais hipóteses previstas em lei.

12.3. A rescisão contratual não prejudica a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nem a responsabilização da CONTRATADA por perdas e danos, quando configurados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar a conformidade técnica, operacional e documental dos serviços executados.

13.2. A fiscalização exercerá suas atribuições de forma preventiva, corretiva e registral, podendo:

- I – exigir a correção de falhas ou irregularidades identificadas;
- II – reprovando medições e recomendar a retenção de pagamentos relativos a serviços não conformes;
- III – registrar ocorrências em relatório próprio;
- IV – comunicar à autoridade competente fatos que possam ensejar sanções ou rescisão contratual.

13.3. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela execução adequada dos serviços, nos termos deste contrato e da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins de direito, como se nele estivessem integralmente reproduzidos:

- I – o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 e seus anexos;





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Lei de Criação N.º 376/1992 - 13/02/92".
"Secretaria Municipal de Gestão Pública e Planejamento"
"Departamento de Compras, Licitações e Contratos"
E-mail contratos.atas@riocrespo.ro.gov.br



II – a Ata de Registro de Preços nº ____/2026;

III – o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e o Estudo de Riscos do Processo Administrativo nº 649/2025;

IV – a proposta e demais documentos apresentados pela CONTRATADA no certame.

14.2. Em caso de divergência entre os documentos que integram este contrato, prevalecerá a interpretação mais favorável ao interesse público, observada a hierarquia dos instrumentos e a legislação vigente.

14.3. Fica eleito o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste contrato que não puderem ser solucionadas na esfera administrativa.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento.

Rio Crespo-RO, XX de XXXX de XXXX

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. Nome: _____ – CPF: _____

2. Nome: _____ – CPF: _____







Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41
Av. Joaquim Pedro Sobrinho
www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta de Contrato	administrativo	09/02/2026

ID:	125702	Processo	Documento
CRC:	97874E97		
Processo:	1-649/2025		
Usuário:	LEIDIANE VIEIRA DOS SANTOS		
Criação:	09/02/2026 13:33:13	Finalização:	09/02/2026 13:34:24

MD5:	2E4FFDB9156AF68651B2B9BC43B70C12
SHA256:	EF50B50303AABFFD470EF640F2C62C0308774DC23750960FDD8B181337E9A916

Súmula/Objeto:
minuta de contrato administrativo

INTERESSADOS

EDERSON PEREIRA DE CAMPOS	Rio Crespo	RO	09/02/2026 13:33:13
---------------------------	------------	----	---------------------

ASSUNTOS

SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	09/02/2026 13:33:13
---	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 LEIDIANE VIEIRA DOS SANTOS	GESTOR DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CONVÊNIO E ACO	09/02/2026 13:34:44
--	---	----------------------------

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.riocrespo.ro.gov.br informando o ID 125702 e o CRC 97874E97.